

cargo de Promotor de Justiça de Ponta de Pedras, a contar de 10/5/2014, sem prejuízo de sua titularidade no 1º cargo de Promotor de Justiça de Barcarena.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, Belém 21 de maio de 2014.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,
área jurídico-institucional

PORTARIA N.º 3160/2014-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA N.º 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - Lei n.º 8.625/199, e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará - Lei n.º 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços ministeriais no âmbito da Promotoria de Justiça de Castanhal;

CONSIDERANDO os termos do ofício n.º 116/2014-MP/Coord./Nord. I, datado de 30/4/2014, protocolizado sob o n.º 16955/2014, de 30/4/2014;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça JANUÁRIO COSTÂNCIO DIAS NETO para, até 10/6/2014, exercer as atribuições do 3º cargo de Promotor de Justiça de Castanhal, a contar de 12/5/2014, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, Belém 21 de maio de 2014.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,
área jurídico-institucional

PORTARIA N.º 3161/2014-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA N.º 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará - Lei n.º 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a atuação ministerial no Juizado Especial Itinerante, como parte do Projeto "Futebol com Justiça";

CONSIDERANDO os termos do ofício n.º 180/2014-MP/CCrim, datado de 3/4/2014, protocolizado sob o n.º 16866/2014, de 30/4/2014;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça WILSON PINHEIRO BRANDÃO para atuar no Juizado Especial Itinerante, como parte do Projeto "Futebol com Justiça", no dia 7/5/2014, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, Belém 21 de maio de 2014.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,
área jurídico-institucional

PORTARIA N.º 146/2014-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAÍA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA N.º 2227/2013-MP/PGJ, de 16 de abril de 2013,

R E S O L V E:

DESIGNAR o servidor SÍLVIO CLAUDINO MENDES DA SILVA, Auxiliar de Administração, para exercer a função gratificada de Chefe do Serviço de Almoxarifado, durante o afastamento da titular, LILIANA NAZARETH DOS SANTOS PEREIRA, nos dias 20/3 e 2/5/2014.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 9 de maio de 2014.

MIGUEL RIBEIRO BAÍA

Subprocurador-Geral de Justiça,
área técnico-administrativa

PORTARIA N.º 147/2014-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAÍA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA N.º 2227/2013-MP/PGJ, de 16 de abril de 2013,

R E S O L V E:

AUTORIZAR o servidor DANIEL FERNANDES RODRIGUES, Auxiliar de Administração, a frequentar o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Orçamentária e Financeira, ofertado pela Escola de Governo do Estado do Pará – EGPA, nos seguintes períodos:

DIAS	MÊS/ANO
14, 21 a 25	Abril / 2014
19 a 23	Maior / 2014
2 a 6	Junho / 2014
28 a 31	Julho / 2014
1º, 25 a 29	Agosto / 2014
22 a 26	Setembro /2014
20 a 24	Outubro / 2014
10 a 14	Novembro /2014
1º a 5	Dezembro /2014
19 a 23	Janeiro /2015

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 14 de maio de 2014.

MIGUEL RIBEIRO BAÍA

Subprocurador-Geral de Justiça,
área técnico-administrativa

RECOMENDAÇÃO N.º 01/2014 – MP/PGJ

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 691095

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18, inciso XII, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 6 de julho de 2006, combinado com o art. 10, inciso XII, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-o da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o tráfico de seres humanos é prática criminosa capitulada nos arts. 206, 231, 231-A, 245, §2º, do Código Penal brasileiro, bem como no art. 239 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que, em alguns casos, o tráfico de pessoas apresenta-se inserido na prática dos crimes previstos nos arts. 218-B, 227, 229 e 230 do Código Penal brasileiro;

CONSIDERANDO que as vítimas do tráfico de seres humanos são privadas de sua dignidade humana, valor supremo consagrado como princípio constitucional, sofrendo constantemente violações em seus direitos fundamentais;

CONSIDERANDO a necessidade de ação eficaz para prevenir e combater o tráfico de pessoas, protegendo os seus direitos internacionalmente reconhecidos, na condição de pessoas humanas merecedoras de tutela diferenciada;

CONSIDERANDO que, no âmbito de seu papel constitucional, compete ao Ministério Público a proteção da liberdade em suas mais variadas formas (liberdade sexual, liberdade para ir e vir, liberdade laboral), participando amplamente em todos os procedimentos de investigação criminal relacionados ao tema;

CONSIDERANDO, ainda, que o Protocolo de Palermo objetiva prevenir, reprimir e punir o tráfico de pessoas das mais variadas formas, bem como que o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas possui o mesmo objetivo de prevenção e repressão ao crime de tráfico humano;

CONSIDERANDO, finalmente, os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito, referentes à investigação do crime de tráfico de pessoas no Brasil no período de 2003 a 2011, os quais necessitam de diagnóstico dos casos registrados nas instituições públicas que se relacionam ao referido tema,

RESOLVE:

Art. 1º RECOMENDAR aos Promotores de Justiça de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias, em especial àqueles com atribuições nos processos e procedimentos judiciais e extrajudiciais criminais, que priorizem o acompanhamento e o registro dos fatos de que tenham conhecimento, relacionados ao tráfico de pessoas, e comuniquem tais informações ao **CENTRO DE APOIO OPERACIONAL**

CRIMINAL, possibilitando a implementação de um banco de dados sobre o assunto, a fim de subsidiar os trabalhos da CPI do Tráfico de Pessoas no Brasil.

Art. 2º Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 19 de maio de 2014.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça do MP do Pará

EXTRATO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

PREPARATÓRIO N.º 144/2008/MP/PJ/DPP/MA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 691099

A 1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, em exercício, Dra. ELAINE CASTELO BRANCO, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo Preparatório n.º 144/2008-MP/PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração n.º 030/2014

Data da Instauração: 05/05/2014

Objeto: Apurar possíveis indícios de irregularidades em certame licitatório realizado pelo Banco do Brasil, para prestação de serviços de vigilância em suas unidades no Estado do Pará.

Promotora de Justiça: Elaine Castelo Branco (em exercício)

DISPENSA DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 690656

Dispensa: 21/2014

Data: 22/05/2014

Valor: 28.800,00

Objeto: Locação de imóvel situado à Trav. da Glória, 331, bairro Cidade Velha, São João de Pirabas-PA que será utilizada para sediar a Promotoria de Justiça de São João de Pirabas/PA.

Fundamento Legal: Art. 24, X, da Lei Federal 8.666/93.

Data de Ratificação: 22/05/2014

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
03122129745340000 339036 0101000000 Estadual
Contratado(s):

Nome: PAULO LIMA PINHEIRO

Endereço: Rua Plácido Nascimento, s/n, Bairro: Centro, 217

CEP. 68719-970 - São João de Pirabas/PA

Telefone: 9188781740

Ordenador: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

EXTRATO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

PREPARATÓRIO N.º 000121-151/2014/MP/PJ/DPP/MA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 690756

A 5ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dra. ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo Preparatório n.º 000121-151/2014-MP/PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração n.º 019/2014

Data da Instauração: 12/05/2014

Objeto: Denúncia de possíveis irregularidades com relação ao Pregão Eletrônico n.º 008/2014, da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA;

Promotora de Justiça: Elaine Carvalho Castelo Branco (TITULAR)

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 690777

PORTARIA: 2171/2014PGJ

Objetivo: A FIM DE PARTICIPAR DO "XII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO CONSUMIDOR – IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITO DO CONSUMIDOR".

Fundamento Legal: ART. 117 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 057/ 2006.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s): PORTO ALEGRE/RS - Brasil<br

Servidor(es):

803028/JOANA CHAGAS COUTINHO (PROMOTORA DE JUSTIÇA) / 4.5 diárias (Completa) / de 12/05/2014 a 16/05/2014<br

Ordenador: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

EXTRATO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

PREPARATÓRIO N.º 101/2008/MP/PJ/DPP/MA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 690778

A 1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, em exercício, Dra. ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO, torna pública a